

COMUNICADO 001/2025

Prezadas Afiliadas, entidades parceiras e aliadas,

A ANTRA manifesta sua profunda indignação diante das recentes operações policiais no Rio de Janeiro, que transformaram as favelas em zonas de guerra e deixaram um rastro de dor, medo e mortes. Esses episódios reiteram a falência de um modelo de segurança pública pautado na lógica da guerra e da eliminação, que não protege vidas, mas as sacrifica em nome de uma falsa sensação de ordem, usando o racismo como ferramenta de imposição necropolítica. O que ocorre nas periferias fluminenses é a continuidade de uma política que trata populações negras, pobres e periféricas como inimigas, e isso é inaceitável.

Ontem, participamos da reunião convocada por diversos movimentos sociais, que reuniu mais de 700 pessoas, e onde foram definidos **atos em todo o país nesta sexta-feira dia 31 de outubro**, em repúdio a essas práticas. Orientamos que todas as nossas filiadas se mobilizem e se façam presentes nesses espaços de resistência, pois é urgente denunciar e reagir coletivamente diante do avanço do autoritarismo e da naturalização da violência estatal.

Desmilitarizar a polícia militar é um passo indispensável para romper com o paradigma da repressão e da morte que estrutura o atual modelo de segurança. As forças policiais brasileiras foram moldadas na lógica da coerção, proteção da propriedade privada e da ditadura, e seguem agindo como exércitos de ocupação nos territórios negros e periféricos. A militarização alimenta a impunidade e a violência, impedindo qualquer perspectiva de justiça e cidadania. Não se trata apenas de reformar a polícia, mas de transformá-la radicalmente, colocando a vida e os direitos humanos no centro da política pública.

Defender o Impeachment do governador Cláudio Castro é uma exigência moral e política. Seu governo tem sido cúmplice e promotor direto de operações que configuram graves violações de direitos humanos, sem qualquer responsabilização ou controle social. A política de segurança bolsonarista de Castro, além de um modelo falido, é marcada pela omissão diante do sangue derramado e pelo incentivo à barbárie institucionalizada. Não se pode permitir que o

Estado siga assassinando em nome da lei — e muito menos que seus governantes se escondam atrás de discursos de suposta eficiência para justificar massacres.

É urgente o **rechaço às operações genocidas**, que têm se repetido com frequência alarmante e previsibilidade criminosa. Essas incursões armadas atingem civis, paralisam serviços públicos, impedem o funcionamento de escolas e postos de saúde, e deixam comunidades inteiras reféns do medo. A lógica do confronto permanente não reduz o crime, mas o desloca e o reproduz. É uma política de morte que não combate o tráfico, mas reforça as desigualdades e aprofunda a violência contra as mesmas populações historicamente marginalizadas.

A **crítica ao modelo de segurança pública** vai além da denúncia imediata: é a constatação de que o sistema vigente fracassou em proteger a população e em promover justiça. É um modelo racista, classista e excludente, que atua para controlar corpos e territórios em vez de garantir direitos. O discurso de “guerra às drogas” se tornou o álibi para legitimar a execução sumária de pessoas negras e pobres. Precisamos de uma política de segurança cidadã, que reconheça a complexidade social dos territórios e seja construída com participação popular, investimento em educação, cultura e políticas sociais.

Reafirmamos nossa **solidariedade e acolhimento aos moradores dos territórios afetados**, em especial **mulheres, crianças, idosos e pessoas LGBTQIA+**, que vivem a violência de forma ainda mais intensa. Em meio a conflitos armados e contextos de extrema vulnerabilidade, esses grupos enfrentam riscos multiplicados e negligência institucional. É preciso fortalecer as redes de apoio, garantir atendimento emergencial, visibilidade e proteção a quem resiste cotidianamente na linha de frente da exclusão e da violência.

Neste sentido, seguiremos acompanhando o trabalho **das comissões de Direitos Humanos**, que estarão **nos territórios** para prestar **atendimento e apoio direto às famílias atingidas**. Essa presença é essencial para ouvir, acolher e documentar as violações ocorridas, garantindo que as vítimas não sejam silenciadas e que o Estado seja responsabilizado pelos abusos cometidos.

A ANTRA também declara **apoio à criação de uma CPI para apurar os abusos e a condução da operação** que resultou nas mortes e no impacto devastador sobre o território. A transparência e a responsabilização são pilares da democracia, e qualquer tentativa de encobrir os fatos é conivência com a barbárie. Além disso, reforçaremos as **denúncias contra o**



governador Cláudio Castro a entidades internacionais de direitos humanos, como forma de pressionar por respostas efetivas e denunciar o padrão sistemático de violência estatal no Rio de Janeiro ao mundo.

Por fim, a ANTRA reafirma seu compromisso com a **articulação entre movimentos de favelas, coletivos de base e lideranças comunitárias**, reconhecendo que é dessas vozes que nasce o verdadeiro projeto de país: um Brasil antirracista, popular, feminista e livre. A segurança pública que queremos é aquela que protege, e não a que mata. A democracia que defendemos não pode conviver com o genocídio de seu próprio povo.

Não há democracia possível com territórios e corpos negros empobrecidos sob mira do Estado.

Niterói, RJ; 30 de outubro de 2025.

Atenciosamente,



BRUNA BENEVIDES
Presidenta da ANTRA